

OS MEDOS E AS INCERTEZAS VIVENCIADOS POR CUIDADORES DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

FEARS AND UNCERTAINTIES EXPERIENCED BY CAREGIVERS OF PEOPLE WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD)

LOS MIEDOS E INCERTIDUMBRES VIVIDOS POR CUIDADORES DE PERSONAS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Marcela Damasceno Ferreira¹

Rafaela Gomes de Souza²

Italo Bruno Lima Nonato³

RESUMO: Este estudo teve como objetivo compreender os desafios enfrentados por cuidadores de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com ênfase nos medos, incertezas e estratégias de enfrentamento adotadas diante da fragilidade das redes de apoio e das políticas públicas. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada entre fevereiro e maio de 2026, nas bases PubMed, SciELO e BVS, contemplando artigos publicados entre 2015 e 2026, nos idiomas português, inglês e espanhol. Foram selecionados 35 estudos após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. Os resultados evidenciam que o cuidado contínuo de indivíduos com TEA está associado a elevados níveis de estresse, sobrecarga emocional, ansiedade e impacto na qualidade de vida dos cuidadores, especialmente das mães. A ausência de suporte institucional, aliada às dificuldades de acesso a serviços e benefícios sociais, intensifica essa sobrecarga. Como estratégias de enfrentamento, destacam-se o apoio social, o treinamento parental, intervenções baseadas na Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e o uso de tecnologias assistivas. Conclui-se que, embora existam avanços legais, ainda há lacunas significativas na implementação de políticas públicas eficazes.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Cuidadores; Sobrecarga. Apoio social. Políticas públicas.

ABSTRACT: This study aimed to understand the challenges faced by caregivers of individuals with Autism Spectrum Disorder (ASD), focusing on fears, uncertainties, and coping strategies in the context of fragile support networks and public policies. This is an integrative literature review conducted between February and May 2026, using PubMed, SciELO, and BVS databases, including articles published from 2015 to 2026 in Portuguese, English, and Spanish. A total of 35 studies were selected after applying inclusion and exclusion criteria. The findings indicate that continuous care for individuals with ASD is associated with high levels of stress, emotional burden, anxiety, and reduced quality of life among caregivers, especially mothers. The lack of institutional support and difficulties in accessing services and social benefits further intensify this burden. Coping strategies identified include social support, parent training programs, interventions based on Applied Behavior Analysis (ABA), and the use of assistive technologies. It is concluded that, despite legal advances, significant gaps remain in the implementation of effective public policies.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Caregivers. Burden. Social support. Public policies.

¹Discente do curso Psicologia no Centro Universitário Fametro.

²Discente do curso Psicologia no Centro Universitário Fametro.

³Docente do curso de Psicologia no Centro Universitário Fametro.

RESUMEN: Este estudio tuvo como objetivo comprender los desafíos enfrentados por los cuidadores de personas con Trastorno del Espectro Autista (TEA), con énfasis en los miedos, incertidumbres y estrategias de afrontamiento ante la fragilidad de las redes de apoyo y las políticas públicas. Se trata de una revisión integradora de la literatura, realizada entre febrero y mayo de 2026, en las bases de datos PubMed, SciELO y BVS, incluyendo artículos publicados entre 2015 y 2026 en portugués, inglés y español. Se seleccionaron 35 estudios tras aplicar los criterios de inclusión y exclusión. Los resultados evidencian que el cuidado continuo de personas con TEA está asociado con altos niveles de estrés, sobrecarga emocional, ansiedad y disminución de la calidad de vida de los cuidadores, especialmente las madres. La falta de apoyo institucional y las dificultades para acceder a servicios y beneficios sociales intensifican esta situación. Entre las estrategias de afrontamiento se destacan el apoyo social, la capacitación parental, las intervenciones basadas en el Análisis del Comportamiento Aplicado (ABA) y el uso de tecnologías asistivas. Se concluye que, a pesar de los avances legales, aún existen brechas importantes en la implementación de políticas públicas eficaces.

Palabras clave: Trastorno del Espectro Autista. Cuidadores. Sobrecarga. Apoyo social. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é conceituado pela American Psychiatric Association (2023), no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5 Texto Revisado (DSM-5-TR), como um transtorno do neurodesenvolvimento que demanda acompanhamento contínuo e estratégias individualizadas de cuidado. Seus critérios diagnósticos incluem déficits persistentes na comunicação e na interação social, manifestados por comprometimentos na reciprocidade socioemocional, nos comportamentos comunicativos não verbais e na capacidade de desenvolver, manter e compreender relacionamentos.

De acordo com as classificações da CID-10 e do DSM-IV-TR, o Transtorno do Espectro Autista era anteriormente compreendido no grupo dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), caracterizado por prejuízos na interação social, comunicação atípica e padrões comportamentais repetitivos, distribuídos em subtipos como Síndrome de Asperger, Autismo Atípico, Transtorno Autista e TGD sem outra especificação. No entanto, o DSM-5-TR promoveu uma reformulação ao unificar os domínios de comunicação e interação social, reconhecendo a interdependência dessas áreas e substituindo a subcategorização por uma abordagem dimensional baseada em níveis de suporte (Caparroz; Soldera, 2022).

O diagnóstico de TEA provoca mudanças significativas na dinâmica familiar, impactando a rotina, as expectativas e o planejamento de vida de todos os envolvidos. Nesse contexto, os cuidadores frequentemente renunciam a projetos pessoais para dedicar-se integralmente à pessoa com TEA, o que pode resultar em sobrecarga física, emocional e psicológica (Matias; Eugênio, 2025).

A experiência de cuidar de um familiar com TEA constitui uma trajetória marcada por dedicação e responsabilidade contínua, que frequentemente ultrapassa os limites físicos e emocionais dos cuidadores. Essa vivência está associada a um conjunto complexo de emoções, incluindo medo, insegurança e incerteza. Tais sentimentos tornam-se mais evidentes diante dos desafios do desenvolvimento, das demandas comportamentais e, sobretudo, das preocupações em relação ao futuro. A incerteza acerca de quem assumirá o cuidado na ausência do cuidador principal configura-se como uma das principais fontes de angústia.

Embora existam programas voltados ao bem-estar das pessoas com TEA, estes ainda se mostram insuficientes para garantir, de forma plena, sua segurança e inclusão social. Em uma sociedade que, por vezes, ainda apresenta barreiras à inclusão, os cuidadores manifestam preocupações quanto à vulnerabilidade de seus familiares diante da ausência de suporte adequado.

Os receios relacionados à possibilidade de negligência, maus-tratos e falta de acessibilidade contribuem para o aumento do sofrimento emocional dos cuidadores. Nesse cenário, emerge uma questão central: em que medida as políticas públicas e os programas sociais têm sido eficazes na redução das angústias vivenciadas por esses indivíduos?

No âmbito governamental, observa-se que, embora existam iniciativas de suporte, estas apresentam limitações quanto à sua efetividade e abrangência. Muitos cuidadores, especialmente aqueles responsáveis por indivíduos com maiores níveis de suporte, dedicam-se integralmente ao cuidado, o que frequentemente implica o afastamento do mercado de trabalho, sobretudo na ausência de redes de apoio estruturadas.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993, constitui uma importante política pública ao garantir um salário mínimo mensal a pessoas com deficiência e idosos em situação de vulnerabilidade social. Apesar de sua relevância, o acesso ao benefício ainda enfrenta desafios, o que evidencia a necessidade de aprimoramento das políticas assistenciais. Paralelamente, grupos de apoio e iniciativas comunitárias oferecem suporte emocional e orientação, embora não sejam suficientes para suprir integralmente as demandas dos cuidadores.

Os cuidadores desempenham um papel fundamental na promoção do desenvolvimento, da autonomia e da qualidade de vida da pessoa com TEA. Entretanto, enfrentam desafios emocionais, sociais e financeiros ao longo de sua trajetória, sendo marcados por preocupações constantes relacionadas ao futuro e à continuidade do cuidado. Tal contexto reforça a

necessidade de fortalecimento das redes de apoio, ampliação das políticas públicas e maior visibilidade social para essa temática.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo geral compreender os principais medos e incertezas vivenciados por cuidadores de pessoas com TEA, analisando os desafios enfrentados diante da fragilidade das redes de apoio, bem como investigando as políticas públicas destinadas a essa população e as estratégias de enfrentamento adotadas em contextos de vulnerabilidade social.

Como objetivos específicos, busca-se: compreender o Transtorno do Espectro Autista; analisar os desafios enfrentados pelos cuidadores diante da insuficiência de redes de apoio e políticas públicas; e identificar as estratégias de enfrentamento utilizadas por cuidadores de pessoas com TEA.

A relevância deste estudo reside tanto em sua contribuição acadêmica, ao aprofundar a compreensão dos impactos psicossociais do cuidado contínuo, quanto em sua dimensão social, ao fomentar reflexões que subsidiem práticas mais éticas, empáticas e comprometidas com a garantia de direitos, dignidade e inclusão das pessoas com TEA e de seus cuidadores.

MÉTODOS

Este estudo constituiu-se como uma revisão narrativa da literatura, elaborada com o propósito de sintetizar as evidências científicas referentes aos medos e incertezas vivenciados por cuidadores de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, compreendendo os principais desafios enfrentados ante a fragilidade da rede de suporte, investigando as políticas públicas destinadas a essa população e analisando as estratégias de enfrentamento adotadas em cenários de vulnerabilidade social.

A questão norteadora foi: "Quais são os medos, incertezas e estratégias de enfrentamento utilizadas por cuidadores de pessoas com TEA no contexto das políticas públicas e da rede de apoio disponível?" A construção da pergunta considerou os eixos: População (cuidadores de pessoas com TEA), Intervenção (estratégias de enfrentamento) e Contexto (políticas públicas, rede de apoio e vulnerabilidade social).

A justificativa para a realização desta revisão fundamentou-se na necessidade de consolidar evidências que possam orientar políticas e práticas de apoio aos cuidadores, considerando o impacto significativo da sobrecarga emocional e social vivenciada por esta

população. O estudo buscou mapear lacunas no suporte oferecido e identificar boas práticas já documentadas na literatura.

Para a operacionalização da revisão, seguiram-se as etapas de elaboração da pergunta norteadora, busca narrativa na literatura, seleção de estudos, extração e análise crítica dos dados, síntese interpretativa e apresentação dos resultados. Os critérios de inclusão abrangeram artigos originais publicados entre 2015 e 2026, nos idiomas português, inglês e espanhol, indexados nas bases PubMed, Scielo e BVS, que abordassem as experiências, desafios, estratégias de enfrentamento e suporte direcionado a cuidadores de pessoas com TEA.

Foram excluídos textos duplicados, estudos não relevantes ao tema (como aqueles focados exclusivamente em aspectos biomédicos do TEA sem relação com cuidadores), artigos não disponíveis na íntegra e estudos que não abordassem diretamente a experiência dos cuidadores.

A estratégia de busca utilizou descritores controlados (MeSH/DeCS) e seus sinônimos, combinados por meio de operadores booleanos. Para isso, foram empregados termos como: “Transtorno do Espectro Autista”, “Cuidadores”, “Família”, “Medo”, “Incerteza”, “Apoio Social”, “Políticas Públicas”, “Estratégias de Enfrentamento”, “Política de Saúde”, “Vulnerabilidade”, “Sobrecarga do Cuidador”, “Saúde Mental” e “Adaptação Psicológica” para o contexto. A busca foi realizada nos meses de fevereiro a maio de 2026 por dois revisores, de forma independente.

Quanto aos aspectos éticos, estritamente respeitados, assegurou-se a citação integral das fontes e a apropriação crítica do conhecimento publicado, não sendo necessária submissão a Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que se utilizaram exclusivamente dados de domínio público.

RESULTADOS

COMPREENDENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Moreira, Lima e Guerra (2020) caracterizam o Transtorno do Espectro Autista (TEA) como uma condição do neurodesenvolvimento que se manifesta precocemente, antes dos trinta meses de idade, conforme definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O transtorno envolve desvios qualitativos em domínios fundamentais, como linguagem, interação social e cognição, além de apresentar respostas anormais a estímulos sensoriais, dificuldades de

comunicação, verbal e não verbal, e padrões comportamentais restritos e repetitivos nos sintomas.

O termo "autismo" foi introduzido em 1911 por Eugen Bleuler para indicar alguns distúrbios comportamentais, sendo depois aprofundado por Leo Kanner em 1943 ao descrever crianças com características semelhantes. Nas décadas de 1950 e 1960, sua origem foi incorretamente atribuída a fatores afetivos, mas ainda à suposta frieza materna, teoria conhecida como "mãe geladeira". Em 1976, Edward Ritvo relacionou o autismo a um déficit cognitivo, e em 1978, Michael Rutter redefiniu o conceito, possibilitando seu reconhecimento como uma nova categoria de transtornos do desenvolvimento (Freitas; Jesus; Nascimento, 2020).

Segundo Rosa, Matsukura e Squassoni (2019), o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-5) agrupa sob a denominação *Transtorno do Espectro Autista*, condições anteriormente diagnosticadas separadamente, como o Autismo, a Síndrome de Asperger e o Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação. Essa categorização atual considera a manifestação de déficits persistentes na comunicação e interação social, associados a padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Tais características devem estar presentes desde a primeira infância, podendo resultar em prejuízos significativos em diversas áreas do funcionamento individual.

6

Meireles et al. (2023) afirmam que embora não haja consenso científico sobre os fatores causais do Autismo, estudos epidemiológicos realizados nos Estados Unidos indicam uma prevalência do transtorno, atingindo aproximadamente 23 a cada 1.000 crianças de 8 anos, com destaque para uma maior incidência no sexo masculino, onde o TEA se mostrou 4,2 vezes mais comum em meninos do que em meninas.

Atualmente, o termo "Transtorno do Espectro Autista" designa o transtorno formalmente reconhecido pelo DSM-5-TR. O TEA é classificado como um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado por dificuldades na interação social e na comunicação, além de comportamentos repetitivos e padrões de interesse restritos (Ravazoli; Pavani; Netto, 2024).

Devido à complexidade da classificação, o diagnóstico de TEA em crianças é realizado por neuropediatras ou psiquiatras infantis, seguindo critérios internacionais com avaliação completa e escalas validadas. Para um diagnóstico adequado, é importante uma equipe

multidisciplinar experiente e informações coletadas por todos que convivem com a criança, principalmente familiares, cuidadores e professores (Resende; Campos, 2024).

Entre as principais características do TEA estão: evitação de contato visual, ausência de demonstrações de afeto, regressão no desenvolvimento (como parar de falar ou dar tchau), sensibilidade a barulhos altos e dificuldade com mudanças na rotina. É importante destacar que pessoas autistas têm significativo potencial de desenvolvimento, havendo casos de transição do nível 3 para o nível 2 de suporte (Caparroz; Soldera, 2022).

Conforme destacam Pereira et al. (2021), indivíduos com Transtorno do Espectro Autista, frequentemente apresentam alterações na sensibilidade a estímulos sensoriais, o que pode influenciar diretamente na seletividade alimentar. O diagnóstico do transtorno é realizado com base em critérios clínicos, seguindo o DSM-5-TR, uma vez que não existem exames laboratoriais específicos para sua identificação. O TEA é caracterizado como um transtorno do neurodesenvolvimento com manifestações precoces, envolvendo prejuízos persistentes na comunicação, interação social e comportamento, sem distinção de fatores socioeconômicos, étnicos ou geográficos, embora seja mais prevalente no sexo masculino.

Ainda de acordo com o DSM-5-TR, o TEA é classificado em três níveis de suporte, os quais refletem diferentes graus de comprometimento comportamental, cognitivo e de desenvolvimento. Em cada um desses níveis, observam-se particularidades no comportamento verbal, com atrasos comunicacionais progressivamente mais acentuados à medida que se avança para níveis de suporte mais intensos, corroborando a ideia de que a demanda por intervenções especializadas deve ser adaptada conforme a severidade do quadro (Gaiato *et al.*, 2024).

E a classificação da severidade do TEA baseia-se no nível de suporte necessário para o desempenho das atividades diárias, variando do suporte mínimo no nível 1 ao mais intenso no nível 3, de acordo com o grau de comprometimento funcional do indivíduo. Além desses, a avaliação psicológica desempenha um papel fundamental ao fornecer informações detalhadas sobre o perfil cognitivo e adaptativo da criança, elementos relevantes para a elaboração de um plano de intervenção individualizado e efetivo (Freitas; Jesus; Nascimento, 2020).

De acordo com Pereira et al. (2021), o DSM-5-TR estabelece três níveis de suporte para o TEA, os quais variam conforme o comprometimento nas habilidades de comunicação social e a presença de comportamentos restritos e repetitivos. No Nível 3 ("exigindo apoio muito substancial"), observam-se déficits graves tanto na comunicação verbal e não verbal quanto na flexibilidade comportamental, com interferência em todas as esferas do funcionamento. No

Nível 2 ("exigindo apoio substancial"), os prejuízos são evidentes mesmo com suporte, com dificuldades marcantes na interação social e comportamentos restritos frequentes. Já o Nível 1 ("exigindo apoio") caracteriza-se por prejuízos notáveis na comunicação social e inflexibilidade comportamental que interfere no funcionamento, ainda que em menor intensidade comparado aos demais níveis. Essas distinções orientam a intensidade e o tipo de intervenção necessária em cada caso.

As intervenções terapêuticas para o Transtorno do Espectro Autista (TEA) são variadas e incluem abordagens comportamentais, farmacológicas e tecnológicas. A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) é amplamente reconhecida como uma intervenção eficaz para melhorar habilidades sociais e comunicativas em crianças com TEA. Além disso, medicamentos como antipsicóticos atípicos têm sido utilizados para manejar sintomas comórbidos, como irritabilidade e agressividade. Tecnologias assistivas e terapias digitais também têm mostrado promessas na promoção de habilidades de comunicação e interação social, oferecendo novas oportunidades para o desenvolvimento dessas crianças (Saraiva et al., 2024).

Intervenções precoces são fundamentais para o desenvolvimento e a adaptação social de crianças com autismo, com estudos indicando que intervenções realizadas antes dos três anos de idade podem resultar em melhorias em áreas como comunicação, habilidades sociais e comportamentos adaptativos. Estratégias terapêuticas, mas ainda aquelas fundamentadas na Análise do Comportamento Aplicada (ABA), têm se mostrado eficazes na promoção de habilidades relevantes para o progresso das crianças dentro do espectro autista. Além disso, a combinação de intervenções baseadas em ABA com terapias complementares, como terapia ocupacional e fonoaudiologia, tem demonstrado resultados promissores, evidenciando melhorias nas habilidades comunicativas e na interação social. A individualização e a intensidade dessas intervenções são cruciais para maximizar os benefícios para as crianças com TEA (Dias et al., 2023).

A metodologia *Classroom Pivotal Response Teaching* (CPRT) é uma abordagem naturalista que se baseia na Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e tem como objetivo promover o aprendizado de crianças com autismo por meio da motivação e do uso de reforçadores naturais. Ao contrário de métodos mais estruturados, como o *Discrete Trial Training* (DTT), o CPRT foca no ensino de habilidades funcionais em cenários naturais e socialmente relevantes, como a sala de aula e momentos de interação social. É importante que a aplicação do CPRT seja ajustada

conforme o nível de suporte necessário para cada criança, garantindo que as intervenções sejam eficazes e adequadas às suas necessidades específicas (Silva et al., 2025).

As tecnologias assistivas e as terapias digitais têm se destacado como abordagens promissoras para o manejo do Transtorno do Espectro Autista (TEA), oferecendo intervenções inovadoras e acessíveis que podem facilitar o aprendizado e a comunicação. Essas tecnologias emergentes proporcionam novas oportunidades para a intervenção terapêutica, permitindo que crianças com TEA se beneficiem de métodos adaptados às suas necessidades específicas. Além disso, a compreensão da etiologia do autismo, que envolve uma interação entre fatores genéticos e ambientais, reforça a importância de integrar essas tecnologias nas estratégias de intervenção, visando um manejo mais eficaz da condição (Saraiva et al., 2024).

A intervenção para indivíduos com autismo requer uma equipe multidisciplinar articulada, atuando tanto antes quanto após o diagnóstico formal. Os profissionais relevantes incluem neuropediatras, pediatras, fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogos, nutricionistas, fisioterapeutas e educadores físicos. No ambiente escolar, pedagogos e psicopedagogos são parceiros fundamentais no acompanhamento da criança (Pereira et al., 2021).

Além disso, a participação ativa dos pais é crucial para o sucesso da terapia comportamental em crianças dentro do espectro. É fundamental que os pais compreendam as estratégias aplicadas no plano de intervenção, ouçam e sigam as orientações da equipe terapêutica, e atuem como co-terapeutas. Essa colaboração permite que a rotina diária e outros ambientes se tornem extensões dos cenários de intervenção, potencializando o aprendizado e a adaptação da criança. A inclusão dos familiares no processo terapêutico não apenas fortalece a eficácia das intervenções, mas também promove um ambiente de apoio e compreensão que é importante para o desenvolvimento da criança (Ribeiro et al., 2023).

CUIDADORES DE PESSOAS AUTISTAS E OS DESAFIOS ENFRENTADOS MEDIANTE A FALTA DA REDE DE APOIO E DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A percepção clínica e a vivência próxima de cuidadores de pessoas com autismo, ainda que fundamentais para o reconhecimento precoce do quadro, estão frequentemente associadas ao desenvolvimento de sinais de ansiedade, depressão e estresse, refletindo a sobrecarga emocional e física inerente ao cuidado contínuo (Meireles et al., 2023). Essa sobrecarga é aumentada por agentes estressores crônicos, como problemas comportamentais, demandas excessivas, estigma social e dificuldades financeiras, tornando os cuidadores particularmente

vulneráveis a transtornos mentais na ausência de redes de apoio e políticas públicas efetivas (Diógenes *et al.*, 2025).

O contato com outras famílias que enfrentam desafios semelhantes pode ser uma alternativa valiosa, permitindo a troca de experiências e conhecimentos que auxiliam no processo de cuidado. Além disso, para alcançar sucesso no tratamento de seus filhos, os pais devem priorizar o comprometimento, a afetividade, a dedicação e a persistência, reconhecendo que esses elementos são relevantes para enfrentar os desafios diários e minimizar o estresse emocional (Ribeiro *et al.*, 2023).

Para lidar com o estresse associado ao cuidado de pessoas autistas, é importante que os pais busquem estratégias eficazes de gerenciamento do estresse. O Treino de Controle do Estresse (TCS) de Lipp, por exemplo, tem se mostrado eficaz na redução do estresse em mães e cuidadores de crianças com TEA, ensinando-as a administrar melhor suas emoções e a evitar que o estresse atinja níveis extremos. Além disso, programas de treinamento para pais são ferramentas valiosas, pois ensinam habilidades de modificação de comportamento baseadas na teoria da aprendizagem social. Esses programas não apenas proporcionam uma oportunidade para os pais refletirem sobre seu papel, mas também incentivam a promoção da saúde e a prevenção de comportamentos problemáticos, contribuindo para um ambiente familiar mais saudável e equilibrado (Rossini *et al.*, 2024).

10

Conforme Luz, *et al.* (2025), a função do cuidador de pessoas com TEA, definida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) como a provisão de bem-estar, saúde, alimentação e higiene, recai majoritariamente sobre as mulheres, em especial as mães, reforçando padrões socialmente construídos de gênero que atribuem à figura feminina a responsabilidade pelo zelo, educação e suporte emocional no setor familiar.

No geral, a família assume funções relevantes de cuidado, mas ainda em situações de enfermidade, configurando-se como a principal e, muitas vezes, única unidade de suporte diante da escassez ou descontinuidade de políticas públicas estruturadas de assistência (Silva; Alves, 2025). Nesse contexto, a confirmação do diagnóstico de TEA gera um impacto emocional na estrutura familiar, exigindo um processo complexo de adaptação que, sem uma rede de apoio formal como suporte psicológico, terapêutico e social, recai quase que integralmente sobre a família, sobrecarregando seus membros (Vidal *et al.*, 2021).

Essa sobrecarga aumenta pela ausência de suporte social e pela concentração dos cuidados na figura materna, frequentemente sem divisão de responsabilidades ou apoio paterno,

condições diretamente associadas ao desenvolvimento de quadros de estresse, tristeza intensa e depressão entre os cuidadores, evidenciando a urgência de políticas que atendam também à saúde mental de quem cuida (Gadelha et al., 2025). Os impactos negativos na saúde física e mental desses cuidadores são ainda agravados pela reorganização das dinâmicas familiares e pela falta de suporte externo institucional, demandando atenção pública específica a essa população (Rosa, 2025).

Segundo Meireles et al. (2023), as mães e demais cuidadores principais de autistas apresentam maior propensão ao desenvolvimento de ansiedade, problemas de saúde física e redução do bem-estar psicológico. Essa condição está diretamente associada ao tempo prolongado de cuidado dedicado a esse indivíduo, bem como à tendência de abdicação da própria qualidade de vida em favor do atendimento contínuo às demandas do transtorno.

Além disso, a descontinuidade de iniciativas de inclusão mas ainda na transição para a vida adulta deixa os desafios das famílias mais difíceis, que precisam assumir, na prática, responsabilidades que deveriam ser garantidas por políticas públicas contínuas e intersetoriais (Rosa; Matsukura; Squassoni, 2019). Diante desse cenário, destaca-se a escassez de pesquisas e políticas que enfoquem estratégias de enfrentamento e suporte emocional para famílias após o diagnóstico, refletindo a invisibilidade dos cuidadores na agenda pública (Gadelha et al., 2025).

11

Segundo Rosa, Matsukura e Squassoni (2019), a implementação de iniciativas como a inserção de profissionais de apoio escolar (facilitadores e mediadores), a adaptação de rotinas e currículos conforme as necessidades individuais dos estudantes com TEA, a atuação interdisciplinar e a consultoria colaborativa são apontadas pela literatura e políticas públicas como fundamentais para promover a inclusão educacional efetiva.

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO UTILIZADAS PELOS CUIDADORES

A condição permanente do TEA exige das famílias o desenvolvimento contínuo de estratégias de adaptação e resiliência emocional para lidar com os impactos de um diagnóstico sem possibilidade de cura, levando a níveis elevados de estresse que demandam suporte especializado e redes de acolhimento (Freitas; Jesus; Nascimento, 2020).

De acordo com Luz et al. (2025), o cuidado direcionado a pessoas com autismo demanda atenção contínua e integral, envolvendo tanto familiares quanto profissionais de áreas como psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e educação especial. Nesse cenário, destaca-se a centralidade da figura do cuidador, frequentemente representado pela mãe, que assume funções

múltiplas, incluindo o cuidado direto, a mediação entre a pessoa com TEA e os serviços especializados, e a advocacia por seus direitos.

Conforme apontado por Guimarães et al. (2018), diversas pesquisas buscam identificar as variáveis que controlam comportamentos disruptivos em indivíduos dentro com TEA com o objetivo de desenvolver estratégias de intervenção mais adequadas. Tais comportamentos frequentemente resultam na exclusão e no isolamento desses indivíduos de ambientes educacionais, sociais e comunitários, gerando estresse e frustração não apenas para quem os manifesta, mas também para suas famílias e redes de apoio.

De acordo com Moreira, Lima e Guerra (2020), a complexidade e a demanda contínua dos cuidados requeridos por crianças com Transtorno do Espectro Autista impõem uma necessidade permanente de disponibilidade por parte dos cuidadores informais, geralmente familiares. Essa demanda sustenta-se na natureza crônica do transtorno e na variedade de desafios, comportamentais, comunicativos e sensoriais, que exigem adaptação constante e dedicada, frequentemente sem intervalos ou suporte adequado.

Torna-se necessário o suporte profissional coerente e adequado para mães, pais e cuidadores, com o objetivo de oferecer esclarecimento de dúvidas, escuta qualificada e acolhimento das angústias e anseios. Tal suporte é fundamental para a construção de estratégias de enfrentamento resolutivas e individualizadas, adaptadas às particularidades de cada contexto familiar, visando mitigar o sofrimento emocional e promover melhores condições de cuidado (Meireles et al., 2023).

Para Guimarães et al. (2018), pais e cuidadores de pessoas com autismo, por estarem presentes de forma constante e diretamente envolvidos no manejo de comportamentos inadequados, constituem elementos centrais para intervenções efetivas. O treino desses cuidadores, enquanto estratégia de base analítico-comportamental tem demonstrado resultados positivos, promovendo não apenas o aumento da intensidade e da generalização das intervenções, mas também a melhoria na qualidade da interação entre a criança e seu cuidador, por meio da aplicação sistematizada de princípios comportamentais.

No Brasil, conforme apontam Neto e Nascimento (2022), a insuficiência de políticas públicas direcionadas ao TEA tem levado famílias e cuidadores a criarem suas próprias redes de apoio, como associações de pais e amigos de autistas. Essas iniciativas representam uma estratégia coletiva de enfrentamento diante da falta de suporte governamental, buscando

garantir direitos básicos e oferecer suporte mútuo num contexto de escassez de recursos institucionais.

Conforme analisado, as manifestações do transtorno do espectro autista podem impactar de maneira a vida social e profissional dos indivíduos, sem, no entanto, estarem relacionadas à inteligência ou ao atraso no desenvolvimento geral. Com a aprovação da Lei Federal nº 12.764, em 27 de dezembro de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana, as pessoas com TEA passaram a ser reconhecidas legalmente como deficientes, garantindo-lhes direitos fundamentais, como acesso à educação, ao mercado de trabalho, à previdência, à assistência social, além de serviços de saúde e medicamentos. Essa legislação é fruto de uma longa luta pela cidadania e reflete os avanços na inclusão social contemporânea (Rodrigues, 2024).

A promulgação dessa lei representou um avanço na proteção dos direitos das pessoas com autismo. Essa lei estabelece diretrizes e ações para a implementação de políticas inclusivas, resultando em diversas conquistas, como a realização de diagnósticos precoces em consultas de puericultura, a criação de Centros de Tratamento Multidisciplinar, a inserção de mediadores escolares, e a capacitação de serviços públicos para atender crianças com autismo. Além disso, a lei busca garantir que as políticas públicas sejam efetivamente cumpridas, promovendo melhorias na vida dessas crianças que, por muito tempo, enfrentaram o descaso (Sant'ana; Santos, 2015).

13

No contexto da assistência social no Brasil, regulamentada pela Lei 8.742/1993, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é destinado a pessoas idosas e com deficiência, incluindo aquelas com TEA. Um relato de experiência destaca as dificuldades enfrentadas por mães e cuidadores na comprovação das condições necessárias para a concessão desse benefício junto ao INSS. Muitas vezes, as mães precisam abrir mão de suas carreiras para dedicar-se integralmente aos cuidados de seus filhos com TEA, o que evidencia a importância do BPC não apenas como um suporte financeiro, mas também como um reconhecimento das demandas específicas enfrentadas por essas famílias. Essa situação ressalta a necessidade de uma análise mais aprofundada dos critérios de concessão do benefício, considerando as limitações que o autismo pode impor (Silva; Curty, 2025).

O BPC é fundamental para muitas famílias com pessoas diagnosticadas com autismo, funcionando como um suporte importante diante das dificuldades financeiras e emocionais que essas famílias enfrentam. No entanto, o acesso a esse benefício é frequentemente dificultado por barreiras significativas, como a dependência de pareceres médicos que, muitas vezes, são

inconclusivos e baseados em consultas breves. Esses pareceres podem desconsiderar o trabalho de meses realizado por médicos especializados no diagnóstico do TEA. Além disso, os critérios de renda per capita, a subjetividade nas avaliações de deficiência e as interpretações restritivas das leis por órgãos administrativos complicam ainda mais o acesso ao BPC, perpetuando a exclusão social e aumentando a vulnerabilidade dessas famílias. (Pereira; Júnior, 2024).

Segundo Silva et al. (2025) no Brasil, esse tema ganhou maior destaque com a promulgação da Lei Federal nº 13.977/2020, conhecida como Lei Romeo Mion. A legislação instituiu, em setor nacional, a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), assegurando sua emissão gratuita em todo o território brasileiro.

Ainda segundo Silva et al. (2025) apesar da existência do marco legal em nível federal, a implementação da CIPTEA depende de regulamentação e execução por parte dos governos estaduais e municipais, que são responsáveis por organizar a estrutura administrativa necessária para o cadastro, emissão e entrega do documento.

Para Valereto e Garcia, (2024) outros aspectos relevantes da CIPTEA incluem a garantia de atenção integral, como o direito o acompanhante especializado no ambiente escolar, além do atendimento prioritário, evitando longos períodos de espera em filas. Também facilita o acesso a serviços públicos e privados, mas ainda nas áreas de saúde, assistência social e educação. A CIPTEA contribui para o reconhecimento da pessoa com autismo na sociedade, tornando visível sua condição e evitando que o indivíduo e sua família precisem explicar constantemente sua situação.

Além das formas de legislativas e governamentais existentes, existem outras possibilidades de ter suporte aos cuidadores de portadores de TEA que é por meio da tecnologia. Nessa linha Gomes et al. (2021) afirmam que o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) tem se mostrado uma abordagem eficaz na capacitação de cuidadores de crianças com autismo, mas ainda em cenários de Intervenção Comportamental Intensiva. No estudo, os cuidadores foram orientados remotamente por profissionais especializados por meio de TICs, permitindo que realizassem estimulações comportamentais intensivas com as crianças mesmo estando em locais distintos dos terapeutas. Essa modalidade de suporte não apenas viabilizou o acompanhamento especializado, mas também promoveu a aquisição de competências técnicas e a aplicação consistente de estratégias baseadas em evidências, demonstrando que a mediação tecnológica pode ampliar o acesso a intervenções qualificadas.

Hoje muito tem se falado na inteligência artificial (IA) no suporte de várias situações cotidianas, e não pode ser diferente no auxílio aos cuidadores de pessoas com TEA. Conforme destacado por Saraiva (2026), ferramentas de inteligência artificial representam um recurso promissor para apoiar familiares e cuidadores de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, embora seu uso seguro dependa de ajustes e atualizações contínuas por parte de desenvolvedores, garantindo assim tanto a eficácia quanto a confiabilidade dessas tecnologias no contexto do cuidado.

DISCUSSÃO

A presente revisão da literatura foi conduzida com a inclusão de 35 estudos selecionados para análise qualitativa, tendo como foco central os medos, angústias e desafios enfrentados por cuidadores de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O processo de seleção seguiu critérios metodológicos rigorosos, iniciando-se com a identificação de 628 registros em bases de dados, dos quais 486 permaneceram após a remoção de duplicatas. Na etapa de triagem, 438 estudos foram excluídos com base na análise de títulos e resumos, por não atenderem ao recorte temporal estabelecido, à temática proposta, ao tipo de estudo ou ao idioma definido. Dos 48 textos completos avaliados, 13 foram excluídos por apresentarem enfoque exclusivo na criança com TEA, por não contemplarem a experiência do cuidador ou por apresentarem insuficiência de dados relevantes.

15

Referente à caracterização dos estudos incluídos, observa-se que as publicações, compreendidas entre os anos de 2015 e 2026, contemplam produções nacionais e internacionais oriundas de diferentes áreas do conhecimento, tais como saúde coletiva, psicologia, educação e direito social. Os principais eixos temáticos abordados dizem respeito aos impactos psicossociais do cuidado, à sobrecarga emocional e física dos cuidadores, às dificuldades de acesso às políticas públicas, às estratégias de enfrentamento adotadas e à relevância do diagnóstico precoce, bem como à constituição de redes de apoio.

Em relação aos aspectos metodológicos, verifica-se a predominância de abordagens qualitativas, incluindo revisões integrativas, estudos de caso e relatos de experiência, com ênfase na compreensão da dimensão subjetiva dos cuidadores. De modo geral, os achados evidenciam a condição de vulnerabilidade desses familiares, frequentemente associada a quadros de ansiedade, depressão, sensação de desamparo e ao processo de luto relacionado ao filho idealizado. Ademais, destaca-se a insuficiência de suporte institucional, bem como as

dificuldades enfrentadas no acesso a benefícios sociais, como o BPC/LOAS, reforçando a necessidade de intervenções multidisciplinares e de suporte emocional contínuo.

A análise empreendida, em consonância com os objetivos específicos delineados, possibilitou uma compreensão ampliada acerca da complexidade do Transtorno do Espectro Autista (TEA), com ênfase nas vivências dos cuidadores. A avaliação dos 35 estudos incluídos revela um contexto marcado por expressivos desafios psicossociais, fragilidades nas redes de apoio e a necessidade do desenvolvimento de estratégias mais consistentes e efetivas de enfrentamento.

Para a compreensão do transtorno, os estudos fundamentam-se nos critérios diagnósticos estabelecidos pelo DSM-5-TR (American Psychiatric Association, 2023) e avançam na discussão sobre sua etiologia multifatorial (Saraiva et al., 2024), na importância do diagnóstico precoce para o prognóstico e na heterogeneidade de suas manifestações, como as diferenças significativas no comportamento verbal entre os níveis de suporte (Gaiato et al., 2024). Essa caracterização técnica fornece o pano de fundo para a compreensão dos desafios do cuidado. A multidisciplinaridade é apontada como um pilar indispensável para o manejo do TEA, com destaque para intervenções comportamentais, como a ABA (Ribeiro et al., 2023), psicopedagógicas (Resende, Campos, 2024) e nutricionais (Pereira et al., 2021).

16

No que diz respeito aos cuidadores e aos desafios enfrentados diante da fragilidade da rede de apoio e das políticas públicas, os achados evidenciam elevada vulnerabilidade. A sobrecarga física e emocional apresenta-se como uma constante, diretamente associada à intensidade e à cronicidade das demandas de cuidado (Moreira et al., 2020). Tal sobrecarga manifesta-se clinicamente em elevada prevalência de transtornos mentais comuns, como ansiedade e depressão (Diógenes et al., 2025; Meireles et al., 2023), sendo as mães frequentemente as mais afetadas (Gadelha et al., 2025; Matias; Eugênio, 2025). O momento do diagnóstico é frequentemente vivenciado como um evento traumático, desencadeando o processo de “luto pelo filho idealizado” (Ravazoli et al., 2024; Vidal et al., 2021).

A fragilidade da rede de apoio configura-se como um agravante central. Estudos apontam uma rede insuficiente, fragmentada e com dificuldades de manutenção (Neto, Nascimento, 2022), especialmente em contextos de vulnerabilidade social e geográfica, como a região amazônica (Luz et al., 2025). No campo das políticas públicas, embora existam avanços legais, como a Lei Berenice Piana, sua implementação enfrenta barreiras estruturais. Dificuldades no acesso ao BPC/LOAS, decorrentes de critérios avaliativos restritivos, são

amplamente relatadas (Pereira; Monte Júnior, 2024; Silva; Curty, 2025). Soma-se a isso a incerteza quanto ao futuro, especialmente em relação à escolarização e ao cuidado na vida adulta (Rosa et al., 2019), além do envelhecimento das mães cuidadoras, caracterizado por estresse crônico e sobrecarga prolongada (Rosa, 2025). Esse conjunto de fatores configura um ciclo de desgaste que impacta diretamente a qualidade de vida do cuidador da pessoa com TEA.

E sobre as estratégias de enfrentamento, os achados evidenciam a resiliência dessas famílias. Destacam-se estratégias como a busca ativa por informação, o engajamento em redes de apoio informal e o suporte espiritual (Freitas et al., 2020). A participação familiar nas intervenções terapêuticas, como na ABA, mostra-se um fator potencializador de resultados (Ribeiro et al., 2023). Além disso, o treinamento de cuidadores contribui tanto para o manejo comportamental quanto para a redução da sobrecarga (Guimarães et al., 2018). Tecnologias como TICs e inteligência artificial emergem como ferramentas promissoras no suporte aos cuidadores (Gomes et al., 2021; Saraiva, 2026).

O percurso dessas famílias é frequentemente descrito como uma trajetória “do luto à luta” (Silva; Alves, 2025), marcada pela busca constante por direitos, inclusão e qualidade de vida. No entanto, observa-se que muitas dessas estratégias são desenvolvidas por iniciativa própria, evidenciando a necessidade de fortalecimento de políticas públicas que institucionalizem e ampliem esse suporte.

Por fim, destaca-se que a rede de apoio ao cuidador não pode se restringir ao núcleo familiar, sendo fundamental a ampliação de suportes institucionais e comunitários. Embora existam dispositivos como serviços de saúde, escolas e assistência social, estes ainda se mostram fragmentados e de difícil acesso, especialmente em contextos de vulnerabilidade. A sobrecarga associada à insuficiência desses suportes reforça a necessidade de intervenções que contemplem não apenas o cuidado técnico, mas também o acolhimento emocional e social dos cuidadores. A ausência de uma rede de apoio articulada desloca para o cuidador uma responsabilidade que deveria ser compartilhada socialmente.

CONCLUSÃO

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender os principais medos e incertezas que afligem os cuidadores de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), analisando os desafios diante da fragilidade da rede de apoio, bem como investigando as políticas públicas e as estratégias de enfrentamento em contextos de vulnerabilidade. Tal objetivo foi alcançado,

uma vez que a revisão narrativa da literatura possibilitou compreender, de forma ampla, as experiências desses cuidadores.

Os achados evidenciam que os medos dos cuidadores estão diretamente relacionados ao futuro da pessoa com TEA, à sobrecarga física e emocional contínua e à sensação de desamparo decorrente da insuficiência de suporte institucional. Observou-se que esses desafios são intensificados por redes de apoio frágeis, nas quais os cuidadores assumem a maior parte das responsabilidades do cuidado.

No que se refere às políticas públicas, embora existam avanços legais, como o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e as diretrizes estabelecidas pela Lei Berenice Piana, sua efetivação ainda encontra barreiras burocráticas e limitações nos critérios de avaliação, o que contribui para a manutenção de situações de vulnerabilidade social e psicológica. Em contrapartida, destaca-se a capacidade de adaptação e resiliência dos cuidadores, que desenvolvem estratégias de enfrentamento, como a busca por informação, a capacitação e o engajamento em redes informais de apoio, com o objetivo de garantir melhores condições de vida e direitos às pessoas com TEA.

Quanto às limitações deste estudo, ressalta-se que, por se tratar de uma revisão narrativa da literatura, os resultados estão condicionados à qualidade e ao recorte dos estudos incluídos. Ademais, a predominância de pesquisas realizadas em contextos específicos pode restringir a generalização dos achados, especialmente para regiões com menor produção científica, como áreas mais remotas.

Como sugestões para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos longitudinais que acompanhem os cuidadores ao longo do tempo, investigando a evolução dos medos e das estratégias de enfrentamento diante do envelhecimento tanto da pessoa com TEA quanto do próprio cuidador. Além disso, destaca-se a importância de investigações que avaliem a eficácia de intervenções voltadas ao suporte psicológico e à capacitação de famílias em situação de vulnerabilidade. Por fim, incluir a perspectiva das próprias pessoas com TEA pode contribuir para a construção de práticas e políticas públicas mais inclusivas, sensíveis e efetivas.

REFERÊNCIAS

CAPARROZ, J.; SOLDERA, P. E. dos S. Transtorno do espectro autista: impactos do diagnóstico e suas repercussões no contexto das relações familiares. **Open Minds International Journal**, v. 3, n. 1, p. 33-44, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47180/omij.v3i1.142>. Acesso em: 5 nov. 2025.

DIAS, R. I. R. et al. Autismo e intervenções precoces - O papel determinante na vida da criança. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 5, p. 2605-2617, 2023. DOI: 10.36557/2674-8169.2023v5n5p2605-2617. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/811>. Acesso em: 02 abr. 2026.

GUIMARÃES, Mariane Sarmiento da Silva et al. Treino de cuidadores para manejo de comportamentos inadequados de crianças com transtorno do espectro do autismo. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 20, n. 3, p. 40-53, 2018. Disponível em: <https://rbtcc.com.br/RBTCC/article/view/1217>. Acesso em: 05 mar. 2026.

DIÓGENES, Bruna de Souza et al. Prevalência de transtornos mentais comuns em cuidadores de pessoas com Transtorno do Espectro Autista: protocolo de revisão sistemática com metanálise. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 6, p. e15514-e15514, 2025. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/15514>. Acesso em: 05 mar. 2026

FREITAS, A. S. L.; JESUS, K. S.; NASCIMENTO, V. G. Meu filho é autista, e agora? Estratégias de enfrentamento familiar perante o diagnóstico do autismo. **PerCursos**, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 171-196, set./dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/1984724621472020171>. Acesso em: 10 nov. 2025.

GADELHA, G. G. R. S. et al. Transtorno do Espectro Autista (TEA): Repercussões do diagnóstico na saúde mental dos pais. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 7, n. 4, p. 569-578, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n4p569-578>. Acesso em: 12 set. 2025.

19

GAIATO, Mayra Helena Bonifácio et al. Análise comparativa do comportamento verbal nos três níveis de suporte do autismo. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 13, p. e5328-e5328, 2024. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/5328>. Acesso em: 05 mar. 2026

GOMES, Camila Graciella Santos et al. Efeitos do uso de tecnologias da informação e comunicação na capacitação de cuidadores de crianças com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-65382021000100307&script=sci_arttext. Acesso em: 05 mar. 2026

LUZ, Anna Julia Costa et al. Saúde mental de pais e cuidadores de pessoas com transtorno do espectro autista de um município da região amazônica. **Revista Contemporânea**, v. 5, n. 11, p. e9707-e9707, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/9707>. Acesso em: 11 set. 2025.

MATIAS, M. M.; EUGENIO, A. A. P. Acolhendo o cuidador: a importância da saúde mental da mãe de uma criança com transtorno do espectro autista. **Revista Científica Educação**, v. 10, n. 16, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.46616/rce.v10i16.146>. Acesso em: 11 set. 2025.

MEIRELES, Débora Pedroso et al. Características sociodemográficas e sinais de depressão e ansiedade em mães/pais/cuidadores de autistas **Journal Health NPEPS**, v. 8, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/10845>. Acesso em: 05 mar. 2026

MOREIRA, Maria Teresa Ferreira; LIMA, Andreia Maria Novo; GUERRA, Manuela. Sobrecarga do cuidador informal de crianças com transtorno do espectro do autista. **Journal Health NPEPS**, v. 5, n. 1, p. 38-51, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/4200>. Acesso em: 16 set. 2025.

NETO, A. G. C.; NASCIMENTO, D. T. do. Redes solidárias de apoio ao autismo no Brasil: uma revisão sistemática da última década. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 13, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.7769/gesec.v13i3.1350>. Acesso em: 16 set. 2025.

PEREIRA, Nilzianne Vitor; MONTE JÚNIOR, Humberto Duarte. **Critérios legais e a interpretação jurisprudencial do BPC/LOAS afetam o acesso de crianças com TEA, condições específicas e do princípio da dignidade: revisão bibliográfica**. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa de Pós-Graduação) Centro Universitário Vale do Salgado. Disponível em: https://sis.univs.edu.br/uploads/12/CD-ROM_P__S_132.pdf. Acesso em: 02 abr. 2026.

PEREIRA, A. B. *et al.* Atuação da equipe multidisciplinar no tratamento do TEA e a importância da intervenção nutricional. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 9, p. 94448-94462, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n9-555>. Acesso em: 28 set. 2025.

RAVAZOLI, M. C. R.; PAVANI, T. C.; NETTO, J. V. G. O luto pelo filho idealizado: A experiência de pais de crianças com transtorno do espectro autista. **AKRÓPOLIS - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.25110/akropolis.v32i1.2024-11558>. Acesso em: 11 set. 2025.

20

RESENDE, Samilly Danielly de; CAMPOS, Sonia Maria de. Transtorno do espectro autista: diagnóstico e intervenção psicopedagógica clínica. **Revista Psicopedagogia**, v. 41, n. 125, p. 350-365, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51207/2179-4057.20240034>. Acesso em: 28 set. 2025.

RIBEIRO, K. A. et al.; importância da participação dos familiares de pessoas com tea na intervenção ABA. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 3, n. 8, p. 10754-10769, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N8-045. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/807>. Acesso em: 2 abr. 2026.

ROSA, D. G. **Saúde mental e processo de envelhecimento: cuidando das mães de filhos com autismo**. 2025. 150 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2025. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11624/3997>. Acesso em: 28 set. 2025.

ROSA, Fernanda Duarte; MATSUKURA, Thelma Simões; SQUASSONI, Carolina Elisabeth. Escolarização de pessoas com Transtornos do Espectro Autista (TEA) em idade adulta: relatos e perspectivas de pais e cuidadores de adultos com TEA. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 2, p. 302-316, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/5RBnBb9nWTFrbnvSr3HRzVq/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 18 mar de 2026

SARAIVA, Isabella Ferreira et al. Transtorno do espectro autista (TEA): etiologia, diagnóstico e intervenções terapêuticas: uma revisão bibliográfica da literatura. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 8, p. 2281-2291, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i8.15262. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/15262>. Acesso em: 02 abr. 2026.

SARAIVA, Emanuela Machado Silva. Uso de Tecnologias com Inteligência Artificial para apoio a Cuidadores de pessoas com Transtorno do Espectro Autista. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 20, n. 80, p. 27-38, 2026. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/4291>. Acesso em: 18 mar de 2026

SANT'ANA, Wallace Pereira; SANTOS, Cristiane da Silva. A Lei Berenice Piana e o direito à educação dos indivíduos com transtorno do espectro autista no Brasil. **Revista Temporis [ação]**, v. 15, n. 2, p. 99-114, 2015. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180416101824id_/http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/viewFile/3603/3062. Acesso em: 02 abr. 2026.

SANT'ANA, Wallace Pereira; DA SILVA SANTOS, Cristiane. A Lei Berenice Piana e o direito à educação dos indivíduos com transtorno do espectro autista no Brasil. **Revista Temporis [ação](ISSN 2317-5516)**, v. 15, n. 2, p. 99-114, 2015.

SILVA, G. T. A. da; ALVES, M. da S. Do luto à luta: o cotidiano do ser familiar de criança com transtorno do espectro autista no itinerário terapêutico. **Revista Foco**, v. 18, n. 8, p. e9606, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n8-156>. Acesso em: 12 set. 2025.

SILVA, Luciana dos Santos; CURTY, Gabriel Salazar. Relato de experiência: análise do direito ao BPC-LOAS para pessoas com TEA e as dificuldades na comprovação perante o INSS. **Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas - POLITI(K)CON, [S. l.]**, v. 7, p. 64-72, 2025. DOI: 10.30681/politi(k)con.v7i.13451. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/politikcon/article/view/13451>. Acesso em: 1 abr. 2026.

SILVA, Talita Neves et al. Intervenção comportamental naturalista no contexto escolar: aplicação do CPRT para crianças com TEA em diferentes níveis de suporte. **Aracê**, v. 7, n. 7, p. 36718-36733, 2025. DOI: 10.56238/arev7n7-091. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/6457>. Acesso em: 02 abr. 2026.

SILVA, Wainesten et al. CIPTEA e a lei romeo mion: o direito à identidade da pessoa com tea nas leis estaduais brasileiras. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 11, n. 1, p. 1-13, 2025. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/4105>. Acesso em: 23 abr. 2026.

VALERETO, Iasmin Maria Saraiva; GARCIA, Ricardo Alexandre Rodrigues. Direitos e garantias dos autistas na legislação brasileira. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 10, p. e6111-e6111, 2024. Disponível em:

<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/6111>. Acesso em: 23 abr. 2026.

VIDAL, A. de J.; ANDRADE, I. S. de; SILVA, G. H. da. O luto familiar pelo diagnóstico do transtorno do espectro autista na visão psicanalítica. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 7, n. 7, p. 1456-1464, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i7.1834>. Acesso em: 12 set. 2025.